



(RE)EXISTÊNCIA DO CAMPESINATO NA LUTA PELA TERRA: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO CEARÁ

Maria Laisa da Silva Cavalcante¹

Bernadete Maria Coêlho Freitas²

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a ocupação Gregório Bezerra, localizada no município de Jaguaruana, porção leste do estado do Ceará, enquanto território camponês, produto da luta de classes impressa na sociedade a partir da atuação de camponeses sem-terra em busca da garantia do direito à terra e reforma agrária popular por meio de estratégias de ocupação e (re)existência. Além disso, evidencia a relevância dos movimentos sociais na articulação dos sujeitos, a negligência do Estado em relação à oferta de direitos básicos voltados à reprodução material e imaterial da vida, bem como os impactos da territorialização capitalista no Baixo Vale do Jaguaribe, microrregião na qual se insere a ocupação em análise.

O Vale do Jaguaribe trata-se de um território marcado pela (re)existência histórica às invasões predatórias, ante sua riqueza em recursos naturais, como terras férteis e disposição hídrica, a exemplo do rio Jaguaribe, maior do estado. Ocupado historicamente por indígenas e camponeses, grupos sociais que compõem o campesinato, estes sujeitos têm lutado para reafirmar seu território e seu lugar na história, constantemente atacados ou agredidos pela lógica capitalista (Freitas, 2020).

Nesse âmbito, a pesquisa é fruto das inquietações provocadas diante das experiências vivenciadas pelas autoras no projeto de extensão Práxis Educativas para o Fortalecimento da Territorialização Camponesa e da Produção Agroecológica no Baixo Jaguaribe (PROEFCAM), vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE)³ diante dos complexos movimentos dialéticos que performam o espaço agrário da região. Para tanto, este trabalho situa-se como

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE/FAFIDAM); E-mail: laisa.cavalcante@aluno.uece.br

² Profa Adjunta do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará (UECE/FAFIDAM); doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); E-mail: bernadete.freitas@uece.br

³ Projeto de extensão financiado pela PROEX/UECE.



uma forma de contribuição às lutas sociais que emergem no contexto da questão agrária, bem como a análise de processos de territorialização camponesa como projeto político contrário às forças do capital, cujo o anúncio de transformação social e produtiva ressoa mesmo em meio ao crescente avanço do agronegócio. Desse modo, esta pesquisa partiu da necessidade de entender como os sujeitos do campo têm resistido às intensas tentativas de apagamento dos seus modos de produção e de vida.

O trabalho organiza-se em três discussões principais: apresenta aspectos teóricos e contextual partindo de uma leitura macroestrutural do capitalismo e de seus impactos no campo brasileiro, entendidos como produto de processos históricos, com recorte temporal a partir dos desdobramentos do século XX; um estudo sobre o Baixo Jaguaribe, evidenciando os contextos e conflitos fundiários, objetivando traçar um perfil da região onde se localiza a ocupação; e, além disso, apresenta uma análise e discussões que expõem os elementos investigados para compreender de que modo o território em análise se insere na discussão sobre a recriação do campesinato.

METODOLOGIA

Alicerçada na dialética materialista, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, centrada nas resistências camponesas e disputas territoriais presentes na luta pelo acesso à terra da Ocupação Gregório Bezerra, organizada pelo movimento social Organização Popular (OPA), no município de Jaguaruana, Ceará. A pesquisa foi desenvolvida por meio da observação e coleta de dados em pesquisa de campo, por intermédio dos relatos dos sujeitos sociais, em agosto de 2024, e acompanhamento das ações da OPA em 2025.

Por conseguinte, o levantamento dos principais dados empíricos deu-se por meio de roda de conversa, realizada em trabalho de campo ao lado dos camponeses em uma repartição da própria ocupação. Esta abordagem metodológica, centrada em um bate-papo aberto, permitiu que os sujeitos relatassem suas vivências e experiências na luta pela terra, seus anseios e angústias, bem como suas histórias de vida, suas origens e as razões que os levaram à ocupação. O momento permitiu indagações e partilhas, criando um canal de comunicação leve e respeitoso, permeado por prosas, risos e comida farta. Ademais, foi possível adentrar às suas vidas ao conhecer suas roças e suas casas, provar os sabores de seus alimentos e vivenciar sua



receptividade calorosa. Dessa forma, foi possível capturar os elementos camponeses presentes naquele território de luta, sonho e resistência.

Sob essa ótica, o trabalho foi fundamentado na pesquisa bibliográfica sobre o campesinato, conforme Shanin (2005; 1982); Oliveira (2007) e Freitas (2020), relacionando com a mundialização do capitalismo no campo, com base na leitura de Harvey (1989), Oliveira (2016), dentre outros; a teoria do território proposta por Raffestin (1993) e outros; análise das (re)existências com base em Pelá e Mendonça (2010); e, nas leituras de Girardi (2019) e outros, acerca da questão agrária brasileira, a fim de compreender os processos vivenciados *in loco* à luz da teoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário do campo brasileiro na contemporaneidade encontra-se ligado a processos históricos ocorridos na escala global e nacional, em que as transformações econômicas promovidas pelo capitalismo, imbricadas nas mudanças culturais e sociais ocorridas no final do século XX e início do XXI em todo o mundo impactaram a organização do espaço geográfico de forma significativa. Ao introduzirem novos agentes de transformações territoriais, presentes no fenômeno que Harvey (1989) definiu como acumulação flexível, esse novo processo econômico e social também desembocou em um paradigma cultural que se alastrou por todo o cenário mundial

Arraigado de novas estratégias de exploração, este momento da história volátil do capitalismo subsidiou a compressão do espaço-tempo, envolvendo-se em uma teia de dissolução social onde “demasiadas pessoas perdiam o rumo no labirinto, era fácil demais nos perder uns dos outros e de nós mesmos” (Harvey, p. 17, 1989). Com essas palavras, David Harvey analisou mais uma das históricas metamorfoses do sistema capitalista de produção que deforma e transforma a sociedade constantemente. Segundo ele, este cenário se deu a partir da dimensão econômica, provocando um forte desenraizamento das condições dignas de reprodução material e imaterial dos diversos povos que desembocou na ruptura das comunidades e a perda de saberes tradicionais, por exemplo. Além disso, esse contexto atrelou-se à expansão do neoliberalismo, cuja atuação Estado assumiu novas funções, fortalecendo os interesses do capital em detrimento das políticas sociais.



Nesse aspecto, o Estado comandou esse processo através de reformas estruturais, como a desregulamentação financeira e trabalhista, as privatizações, a abertura comercial e a flexibilização das leis que criaram deliberadamente o campo de jogo favorável para a compressão espaço-tempo e a mobilidade do capital. A gestão pública passou a ser pautada por critérios de eficiência mercantil, a cidadania foi progressivamente convertida em consumidor, e as funções sociais do Estado foram esvaziadas ou terceirizadas, aprofundando o desenraizamento e a dissolução social mencionados por Harvey (1989). Dessa forma, a ruptura das comunidades e a perda de saberes tradicionais, longe de serem apenas efeitos colaterais de uma transformação econômica, foram também resultados de um projeto político-estatal que reconfigurou intencionalmente as relações entre Estado, mercado e sociedade em favor do capital.

No espaço agrário, essas mudanças apresentaram-se a partir da mundialização da agricultura capitalista, a qual impôs a lógica empresarial e corporativa aos diversos territórios que tinham a agricultura como base produtiva espalhados pelo mundo. Nesse sentido, a agricultura capitalista - altamente mecanizada, concentradora de terras e com acentuada exploração do trabalho não foi pensada pelos sujeitos que vivem no campo, mas sim por empresários que viram na agricultura uma forma de transformar a produção agrícola em mercadoria, desvirtuando, dessa forma, a soberania alimentar, bem como aprofundando diversos problemas socioambientais. Ao romper fronteiras e expandir sua lógica em escala mundial, atravessou costumes, economias, políticas e culturas plurais a fim de homogeneizá-las em prol do modelo imposto pelas classes dominantes. Desse modo, sua interiorização por via dos fundos de investimentos e do capital financeiro internacional alcançaram territórios antes considerados periféricos em relação aos centros de acumulação.

Segundo Oliveira (2016), esse estágio tomou forma no Brasil a partir dos anos de 1980 e 1990 por meio das políticas neoliberais implantadas nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. A compressão do poder de decisão dos governos nacionais nos parâmetros da agricultura, até então sustentada pela produção camponesa ocasionou também a perda de subsídios para a agricultura familiar⁴. Iniciara ali a atuação de corporações estrangeiras sobre decisões do que plantar, onde vender e a que preço. Portanto,

⁴ O termo Agricultura Familiar é utilizado pelo Estado em suas políticas públicas, as quais não incorporam as reais necessidades do campesinato, uma vez que se volta ao processo produtivo, predominantemente.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

este modelo escancarou o interesse em excluir da cadeia produtiva as formas de produção e comercialização camponesas através de políticas de enfraquecimento da soberania alimentar do país, o que têm gerado desde então diversos conflitos, mas também, como se verá, processos de resistência e (re)territorialização.

A mundialização da agricultura capitalista reforçou a posição histórica do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho voltada para o setor primário, onde situa-se a agricultura. No entanto, esse setor é condicionado pela característica secular da estrutura fundiária brasileira - a sua alta desigualdade e concentração de terras, conforme desvelado por Martins (1979). Nessa dinâmica, quem detém mais terra tende a produzir mais, o que sempre colocou os grupos dominantes em posições de poder econômico e político, sendo esse um dos elementos que mais aprofunda as problemáticas existentes no campo brasileiro.

Ou seja, a estrutura fundiária é uma das causas de impedimento para que o modelo de produção da classe campesina, a base da formação populacional do Brasil, ascenda à cadeia produtiva de maneira plena. É isso que tem promovido os diversos problemas agrários que se arrastam desde a colonização, porque a estrutura agrária do país nunca foi pensada por/para os trabalhadores, mas sim por uma elite exploradora. É nesse contexto que se situa a questão agrária brasileira.

Como expõe Delgado (2005), o projeto falido da modernização conservadora do campo, implantado durante a ditadura militar, foi o precursor da acentuada concentração fundiária neste século. Dessa forma, após o regime militar no Brasil, a partir dos anos 1985, o caos econômico deixado pelos militares por meio das dívidas externas insurgiu uma “nova” conjuntura da questão agrária, marcada não só pela superação, mas pela institucionalização do impasse. Essa análise é corroborada e detalhada por Girardi (2019), que demonstra como, sob esse modelo, por exemplo, terras públicas na Amazônia e no Cerrado foram apropriadas de forma ainda mais concentrada, criando uma estrutura fundiária em que, ainda em 2017, estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, apenas 1,01% do total, detinham 47,5% de todas as terras.

Conforme este último autor, a Constituição Federal de 1988, ao vincular a reforma agrária à indenização prévia dos proprietários, tornou-a economicamente inviável em larga escala, configurando uma “reforma de fachada” que perpetuou o padrão histórico de concentração. Desde então, o país revira-se em um constante devir do desastre econômico, político e, portanto, social promovidos pelo modelo de desenvolvimento implantado sob a legitimação do Estado, que longe de resolver a questão agrária, passou a administrá-la por meio



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

de políticas paliativas, como a criação de assentamentos em áreas de fronteira em vez de promover a necessária reestruturação agrária como um projeto político estrutural.

A ocupação em análise emerge em um contexto de lutas históricas das comunidades tradicionais da região, expulsas da terra e oprimidas desde o início do processo de ocupação da porção leste do estado do Ceará, intensificadas a partir dos anos de 1970 através da implantação de projetos desenvolvimentistas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esses projetos foram inseridos a fim de “desenvolver” a região sob os interesses capitalistas, expropriando os recursos naturais a serviço do lucro e acentuando as desigualdades em vez de superá-las. Foi a partir desse momento que o agronegócio passou a atuar no setor econômico do Baixo Jaguaribe.

Esse processo coaduna com o que Porto-Gonçalves (2004) apresenta em seu livro “O Desafio Ambiental”, ao questionar o que seria de fato desenvolvimento, após apontar uma outra perspectiva para discussão por meio do jogo de palavras “(des)envolvimento”, argumentando que este é, na verdade, um modelo hegemônico que desfaz e destrói os tecidos sociais e as bases ecológicas dos territórios tradicionais.

Essa interface ocorreu entre as unidades geoambientais do Vale do Rio Jaguaribe - com destaque para o Baixo Jaguaribe, moldado pela ação fluvial - e a Chapada do Apodi, formação montanhosa localizada na divisa com o Rio Grande do Norte, as quais são centrais para os processos contemporâneos de uso e propriedade da terra. Tratam-se de áreas ricas em recursos naturais, como a disposição hídrica disposta no Vale e a presença de solos férteis propícios para a atividade agrícola na Chapada, oriundos de rochas sedimentares os quais pertencem às classes de cambissolos e latossolos provenientes da formação geológica da bacia potiguar, localizada na faixa setentrional da região Nordeste (Sampaio; Lima; Freitas, 2011).

Ao longo da formação territorial da região, essa configuração natural foi sendo atribuída, além de sentidos socioculturais, econômicos e políticos, performando a construção de um espaço diverso: o Baixo Jaguaribe. Dessa forma, os fatores mencionados tornaram-se centrais na disputa entre os sujeitos sociais que coexistem nesse território - camponeses que ocupam a região há séculos, o colonizador europeu, a elite agrária local e, por último, as empresas do agronegócio que têm se territorializado desde os incentivos nacionais da agricultura capitalista, fomentados pela Política Nacional de Irrigação mediante os projetos de irrigação (Tabuleiros de Russas, Jaguaribe-Apodi, Morada Nova e Jaguaruana).



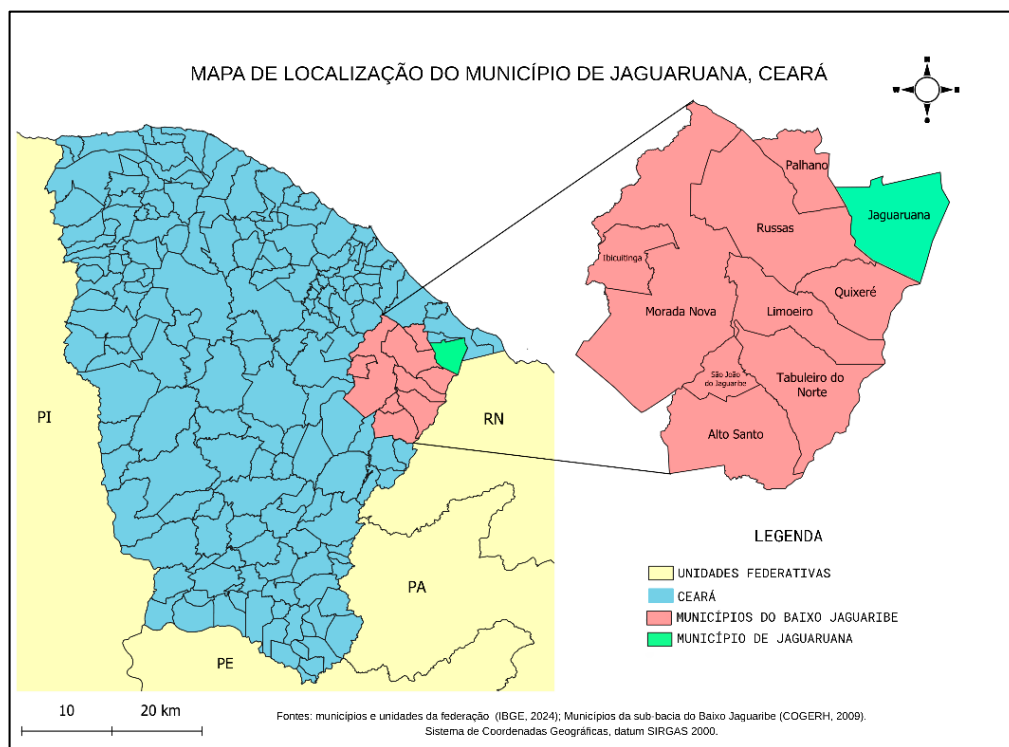
Os perímetros, vetores atrativos de investimentos capitalistas no Baixo Jaguaribe, mais expulsaram os camponeses que ali já viviam do que os incluíram de forma justa à nova configuração territorial que prometia facilitar a distribuição de água para a produção agrícola dos produtores da região (Freitas, 2018). Estes sujeitos desenvolviam como atividade econômica principal a agricultura de subsistência, que apesar dos longos períodos de estiagem, condição intrínseca à região, tinham seus territórios alinhados a seus modos de vidas e de produção, com técnicas e vivências socioculturais próprias, em diálogo com os ciclos naturais, o que infelizmente não foi mantido com a implementação dos perímetros.

Nesse sentido, os camponeses foram expropriados de suas terras, destruindo parte das comunidades tradicionais. Além disso, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), órgão responsável pelo gerenciamento dos perímetros, não reassentou as famílias da forma como havia sido prometida nos autos dos processos jurídicos, pois elas enfrentam desafios para retornar à terra até os dias atuais, conforme desvelado por Braga e Meireles (2020). A partir de então, a concentração de terra e renda gerada pelas grandes empresas nacionais e internacionais que se instalaram nos perímetros, o uso indiscriminado de agrotóxicos, acentuado conflito por água, desmatamento, perda da biodiversidade, exploração e precariedade do trabalho têm colocado os camponeses à margem da cadeia produtiva da região. No entanto, são esses mesmos camponeses que também têm lutado e resistido contra as injustiças que o capital, por meio do incentivo do Estado, tem trazido para os territórios camponeses da Chapada e do Baixo Jaguaribe (Freitas, 2010), a exemplo da área deste estudo (Mapa 1).

Como esclarece Shanin (2005, p. 29), “sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados”. O autor mostra, ainda, que “os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês” (Shanin, 2005, p. 29). Ou seja, o campesinato trata-se de uma classe que constantemente metamorfoseia-se ao buscar formas de recriar-se dentro do sistema capitalista, o que tem descaracterizado seus parâmetros anteriores, causando muitas vezes a ideia de que estão desaparecendo. No entanto, em uma sociedade que se transforma a cada instante, evidentemente, o modo de vida e de produção camponesa também sofreram e ainda sofrem diversas transformações, em vez da sua destruição, como apontam alguns estudiosos.



Mapa 1 - Mapa de localização da área de estudo



Fonte: COGERH, elaborado pela própria autora.

Nesse contexto, a (re)existência camponesa pode ser compreendida como “ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária [...], na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento” (Pelá; Mendonça, 2010, p. 54). Diante disso, em meio aos crescentes processos “desterritorializadores” apresentados, a (re)existência consolida-se como condição indispensável para a fixação camponesa no espaço, especialmente quando o Estado falha em garantir seus direitos, uma vez que está a serviço dos interesses do capital. Isso porque é necessário um espaço material (a terra) para garantir sua territorialização efetiva, como uma semente na qual precisa enraizar-se para então se reproduzir em sua totalidade (seus costumes, culturas, crenças, relações sociais, etc).

Assim, a ocupação é um movimento dialético de resistência, é a materialização da (re)existência dos povos excluídos historicamente da terra, os quais estão reivindicando seu lugar social. Portanto, constitui-se essa persistência secular do modo de produção e de vida camponês os quais resistem no cotidiano dos sem-terra, pertencentes a esta classe que cresce mesmo sob as correntes do cativo da terra.



Nesse sentido, Raffestin (1993) afirma que a territorialização é o processo de transformação de um determinado espaço por meio do seu uso, identidade, sentido e controle empregado a partir das relações sociais presentes na construção e produção do espaço geográfico. Dessa forma, o território se sustenta na apropriação e dominação da terra, dentro da intensa luta de poder por parte dos grupos sociais, a exemplo do campesinato e o agronegócio, tendo o Estado o dever de mediar tal relação de poder.

É nesse cenário que se insere a comunidade camponesa Gregório Bezerra, articulada pela Organização Popular (OPA) junto a dezenas de famílias sem-terra no município de Jaguaruana, Ceará. Fruto da ocupação de um latifúndio improdutivo, a comunidade reafirma a (re)existência do campesinato e a luta pela territorialização camponesa na contemporaneidade, reivindicando o direito à terra no espaço que lhes foi negado para atender aos interesses capitalistas de produção.

A terra onde se materializa a ocupação é uma fazenda improdutiva pertencente a uma família de grande influência econômica e política no município, trata-se de um dos vários latifúndios descontínuos da mesma onde formou-se a comunidade camponesa em análise, iniciada em fevereiro de 2023, com a instalação de 67 famílias. A área total da ocupação foi dividida em duas porções: 320 hectares (Ocupação I), a serem destinados ao reflorestamento do bioma Caatinga, enquanto plano sustentável na recuperação do solo e da vegetação, degradados pela atividade predatória da carcinicultura, criação de camarão em viveiros. Já os 1.000 hectares (Ocupação II) serão destinados ao assentamento das famílias para moradia e cultivo de alimentos, como representa a Figura 1.

Ainda sobre a propriedade da terra, vale ressaltar que o direito legal de posse do latifúndio pertence à família de um deputado estadual do Ceará, um dos maiores latifundiários do município de Jaguaruana. Este fato corrobora com o que esclarece Faoro (2012), ao afirmar que a terra constituiu-se no Brasil, no processo de colonização portuguesa como um instrumento de dominação em que a propriedade da terra deixa de ser apenas um meio de produção econômica (agrícola) e se torna o palco físico do exercício do poder político, um dos elementos que deu base para a estrutura fundiária atual.

Segundo o autor, o latifúndio apresenta-se como uma unidade administrativa não-oficial onde os “donos do poder” local exercem soberania. O mandonismo local, o coronelismo, são frutos diretos dessa fusão, por exemplo. Neste caso, pode-se visualizar que esta configuração do poder ainda perpetua-se na contemporaneidade de outras formas, a exemplo do agronegócio,



mais modernas, a partir de novas estratégias, mas ainda com origens fincadas na construção histórica da propriedade da terra no Brasil.

Figura 1 – Recorte espacial da área de estudo



Fonte: Google Earth, elaborado pela própria autora.

Jaguaruana consolida-se como líder na produção de camarão em cativeiro no Estado do Ceará, uma atividade que gera significativos impactos ambientais e aprofunda desigualdades sociais (Silva, 2014). No município, atividades antes predominantes como a fruticultura irrigada, bem como a pecuária e o setor têxtil centrado na produção de redes, foram progressivamente convertidas para a carcinicultura, setor que tem expandido sua participação no mercado exportador. Esse processo configura o que Lins e Thomaz Júnior (2012) denominaram de agrohidronegócio, uma nova dinâmica da produção agropecuária no Brasil que posiciona a carcinicultura no centro da reestruturação socioespacial, intensificando o uso indiscriminado dos recursos hídricos para atender aos interesses do capital.

Em Jaguaruana, essa reestruturação ganhou força a partir de maciços investimentos e incentivos recebidos nas últimas décadas, impulsionados, em grande parte, por políticas hídricas como o Projeto Irrigado de Jaguaruana, criado em 1970 no âmbito da política nacional



de irrigação como parte da sua implantação no Baixo Jaguaribe. Assim, tornou-se um dos municípios que mais receberam investimentos para a atividade nas últimas décadas. Segundo Brasil (2024), entre os dois maiores produtores de camarão na região, Morada Nova e Jaguaruana, “a produção de camarões dentro do perímetro irrigado de Morada Nova gera cerca de 10.500 toneladas do crustáceo por ano, enquanto o perímetro irrigado de Jaguaruana produz 105,9 toneladas”. Esses dados revelam que, quanto maior a produção, maior a quantidade de recursos demandados, evidenciando uma acentuada desigualdade na distribuição desses recursos. Tais números, portanto, são alcançados diante de muita injustiça e impactos devastadores.

É nesse cenário de conflito que a ocupação Gregório Bezerra emerge, um território que constitui-se sob terras altamente degradadas pela atividade da carcinicultura, onde o solo encontra-se arrasado, inclusive com baixa capacidade de produção agrícola, materializando as contradições inerentes a essa cadeia produtiva. A territorialização do agrohidronegócio ocorre paralelamente à expropriação de parte das populações camponesas de seus meios de produção. Nesse processo, o Estado exerce um papel central, uma vez que é o agente que fornece as condições necessárias para a consolidação dessa atividade altamente predatória, como o direcionamento dos recursos hídricos da bacia para a produção do camarão.

Diante desse contexto, cabe discutir a formação comunitária da ocupação, tratando-se de uma comunidade camponesa forjada mesmo antes da garantia de seu território formal pelo assentamento. A construção social da Gregório Bezerra, portanto, dialoga com as perspectivas de Tönnies (1947). Sua lente nos permite captar a essência orgânica da comunidade, entendida como uma forma de vida anterior e fundamental, alicerçada em laços profundos e no pertencimento a um lugar. No entanto, é preciso reconhecer que, para além da moral camponesa e dos laços comunitários inerentes à ocupação, esse espaço também é palco de contradições imbricados na sua subordinação a agentes externos, uma vez que tais comunidades constituem uma parte integrante, e não isolada da sociedade mais ampla.

Dessa forma, a comunidade Gregório Bezerra constitui-se como contradição viva, ela se ergue como um espaço socialmente produzido a partir de laços orgânicos, resistindo à lógica dominante de produção do espaço. Ela é, em sua essência, a manifestação dessa resistência, por meio da qual as famílias constroem seu próprio território. A comunidade se materializa e se realiza no “espaço vivido”, dimensão lefebvriana onde se desenrola a construção social do



pertencimento, dos sentidos e da própria identidade coletiva, elemento este que constitui o senso de comunidade presente no cotidiano, nas relações sociais e na interação com o espaço.

Dessa forma, o espaço vivido é aquele experimentado no cotidiano pelos sujeitos, um território carregado de simbolismo, afeto, memória e resistência. Nele, a arte, a cultura e as práticas de apropriação constroem identidades e reescrevem a história do lugar, diferente do que é imposto pelos agentes externos. Na Ocupação Gregório Bezerra, essa dimensão se materializa por meio dos laços comunitários e da resignificação do espaço. Um exemplo emblemático é o uso da terra: outrora palco da produção predatória da carcinicultura, onde o solo é hoje cultivado para a agricultura camponesa. Essa transformação não é apenas prática, mas também simbólica, representando uma reconquista do território e uma afirmação de valores contra hegemônicos, que são perpetuados, inclusive, pelas crenças e tradições da comunidade que vão se constituindo nos processos de luta.

Parte significativa dos sujeitos são agricultores, expulsos de suas terras ou marginalizados nas periferias da cidade, por meio das expropriações recorrentes na região através da territorialização do agronegócio, e afirmam buscar a propriedade da terra para produção de alimentos. Embora estejam enfrentando diversos desafios, como a falta de água, energia elétrica e acesso ao transporte escolar, além das perseguições e ameaças de despejo, as famílias já produzem alimentos diversos no período de chuva, como feijão, milho, jerimum e melancia, voltados para o consumo próprio. Trata-se de uma produção saudável comprometida com a conservação dos recursos, uma vez que as famílias produzem os alimentos sem uso de agrotóxicos.

Desde o início da ocupação, as famílias sofrem ameaças recorrentes, expressas em práticas de violência e medo. As opressões enfrentadas pelos sem-terra se manifestam por meio da jagunçagem, como ilustra a fotografia 1, e reforça que esta prática antiga ainda se perpetua na atualidade, destacando as estratégias violentas de garantir a permanência do latifúndio. O episódio ilustrado mostra uma das ocorrências em que capangas invadiram o território armados, de forma truculenta para impor medo e tentar intimidar as famílias. Este elemento demonstra que estamos mais próximos de nossa chaga colonial do que da liberdade do cativo da terra elucidado por Martins (1979).

A ocupação Gregório Bezerra configura-se como símbolo da territorialização camponesa, pois os estudos teóricos e dados empíricos demonstram que os referidos sujeitos apresentam as características elucidadas por Shanin (1982, p. 50), quais sejam: a) a propriedade



rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social - nesse caso caracterizada pela luta da terra; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência - principal atividade praticada pela comunidade; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais - expressas na organização social e política reforçando o senso de comunidade existente na ocupação; e, d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por forças externas - impressa nas ofensivas violentas contra as famílias e a falta da asseguaração de seus direitos por parte do Estado.

Fotografia 1 – Registro de jagunços na entrada da ocupação a fim de coagir as famílias



Fonte: revista A Nova Democracia (2024)

Desse modo, a configuração socioespacial da ocupação é revestida pela ressignificação de um espaço antes degradado e improdutivo, que expressam as práticas predatórias e violentas aos sujeitos do campo e ao meio ambiente. A paisagem revela as marcas deixadas pela carcicultura e o uso indiscriminado dos recursos mas, também, o prenúncio de um novo território, que apesar das dificuldades, alguns camponeses já produzem alimentos diversificados para consumo, manifestando a (re)existência que insiste em pulsar mesmo em condições sub humanas que o Estado, a elite agrária local e o agrohídronegócio os colocam.

A negligência do Estado na garantia do acesso à terra, bem como a expulsão desses sujeitos pelo capital são as razões pelas quais várias famílias vivem marginalizadas nas áreas periféricas da cidade, buscando agora seu “pedaço de terra” para retornar ao campo. Alguns deles relatam que as terras do latifúndio pertenciam a familiares que foram expropriadas



anteriormente daquela terra para a formação da fazenda. Este elemento reforça que o camponês nunca sumiu da história do Brasil, ele foi diluído aos assalariados, e hoje busca retomar seu lugar. Segundo outro relato, a ocupação da fazenda representa a esperança de um futuro melhor, onde se possa tirar da terra o sustento fecundo do seu trabalho familiar e comunitário: “de chegar até o mercado, pra quê? Pra se vender, pra ter o nosso próprio alimento. Pra gente não precisar trabalhar pra ninguém. Que muitos aqui é humilhado por trabalhar pra alguém [...]”

Os relatos incisivos dos ocupantes revelam que a perseverança nutrida são frutos das relações sociais cultivadas em comunidade. Os laços de parceria e a determinação em uma luta coletiva é um dos principais elementos que asseguram a resistência das famílias, pois mesmo em um cenário marcado pela violência e negligência, a esperança e a força promovidas pela organização política garantem a firmeza na luta, expressas nos mutirões de trabalho tanto na roça quanto na construção de barracas, nas reuniões comunitárias, manifestações e atos na cobrança de direitos, os quais reverberam na produção espacial e territorial da ocupação. Este fenômeno se expressa em um processo que reúne as ações práticas de um grupo que reivindica direitos em meio às situações de subordinação. Dessa maneira, a solidariedade fortalece os interesses comuns a um determinado grupo, alimentando o movimento de forças dialéticas que permeiam a sociedade (Gohn, 2008).

Além disso, a ocupação também é um espaço político onde o exercício da resistência na luta pela garantia dos direitos exerce um papel significativo na emancipação e formação política dos sujeitos. É por meio desses processos que a comunidade vem se fortalecendo na luta, já que os encontros das famílias com as lideranças do movimento para os debates e discussões gerados nas reuniões perfazem laços que promovem processos de emancipação política, onde o “simples” desejo de retornar a terra os levam a envolver-se em formações políticas diante do contexto de injustiça em que se encontram, e assim passam a se reconhecer também como sujeitos ativos nas decisões políticas que dizem respeito às suas vidas, este é um dos elementos mais fortes presentes nas falas dos sujeitos. Esse processo é fortalecido por meio da atuação da OPA, o que reforça a importância dos movimentos sociais nesses processos, conforme evidencia uma entrevistada:

Eu sou trabalhadora na casa dos outros, doméstica. É um simples dinheiro que não é muito, mas sou grata a Deus por ele, mas sonho por eu ter algo melhor. Quem é que não sonha? Então, todos nós aqui sonhamos, e sou grata a Deus por ter conhecido (as lideranças da OPA), porque foi através de alguém que eu cheguei na Gregório Bezerra. Eu venho pras reunião só escuto, e aprendo muito, pela coragem, pela atitude deles



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

[...] Nós temos esse medo! Mas quando escutamos, quando aprendemos, existe um renascer dentro de cada um de nós, pra gente ter a coragem de acompanhar eles nessa guerra, porque é uma guerra! E todo mundo está nessa guerra junto. Mas através da vida deles (lideranças dos movimentos sociais) faz a gente se encorajar e acreditar que aquelas terras vai ser nossa porque eles (donos do latifúndio) não produzem nada lá e nós estamos aqui pra isso, pra essa luta, e nós ganhar.

Relatos como estes expõem o medo e a insegurança, elementos presentes naqueles que sofrem diversos tipos de violências nos conflitos envolvendo a luta por terra, mas também expressam a esperança nutrida pelo sonho da posse do território e o comprometimento com uma produção e comercialização de alimentos ecologicamente e economicamente justos. Em consonância com a projeção de um mundo mais justo, o cotidiano da ocupação presenciado *in loco*, bem como as reuniões coletivas cultivam e fortalecem a agroecologia enquanto prática e movimento político, as famílias mostraram-se conscientes da necessidade de promover uma agricultura livre de agrotóxicos e em harmonia com os ciclos naturais. Este segmento desemboca na utopia, “ideal, meta, *propósito que mobiliza as pessoas para a luta* [...] [isso porque] negam o conjunto de crenças instituído e repõem um novo paradigma para a ação e para o pensamento” conforme elucidado por Gohn (2008, p. 271, grifo nosso).

Desse modo, a luta pela terra na ocupação Gregório Bezerra é antes de tudo, uma luta política. Isso porque a territorialização camponesa que ali se efetiva não almeja apenas a propriedade da terra, mas também uma transformação produtiva, ambiental e econômica, comprometida com a justiça social e o respeito aos ciclos naturais. Trata-se de um projeto que se contrapõe às forças do agronegócio, cujos fundamentos repousam nos saberes tradicionais e em uma relação de pertencimento com a natureza, elemento este que reforça a (re)existência camponesa.

Nessa perspectiva, o pensamento dos sujeitos em construção na ocupação ressoa as reflexões de Antônio Bispo dos Santos, que, em seu livro “A terra dá, a terra quer”, ao tratar da luta quilombola, estabelece uma distinção crucial entre a sociedade capitalista e as comunidades tradicionais ao enfatizar que: “enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. [...] Se os humanos querem sempre transformar os orgânicos em sintéticos, os orgânicos querem apenas viver como orgânicos, se tornando cada vez mais orgânicos” (Santos, 2023, p. 21-22). O trecho enfatiza a crítica ao caráter homogeneizador da sociedade capitalista e de sua estrutura societal, contrapondo-o à valorização da diversidade de saberes que fundamenta as territorialidades camponesas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, sob a perspectiva do território, categoria de análise do espaço geográfico enquanto produto da luta de classes, a Ocupação Gregório Bezerra evidencia as relações assimétricas de poder, resultantes das disputas pelo acesso e permanência no território por parte dos grupos antagônicos presentes neste espaço, o campesinato de um lado e a elite agrária de outro. Embora o direito à terra e aos aparelhos básicos da reprodução material da vida, previstos na Lei brasileira sejam constantemente negados aos camponeses sem-terra da ocupação, a reprodução camponesa ocorre enquanto manifestação da luta desses sujeitos, reflexo contraditório ao avanço do capitalismo no campo, materializado no latifúndio.

Diante dos aspectos abordados, é possível destacar que as lutas camponesas envolvidas nos conflitos de acesso à terra são revestidas de valores e elementos socioculturais que o Estado não reconhece, o que promove a tentativa de supressão do campesinato. Entretanto, é preciso evidenciá-los a fim de promover o direito constitucional de cumprimento da função social da terra e o exercício pleno do seu modo de produção e de vida. As singularidades e dimensões que perpassam a reprodução material e imaterial camponesa vão muito além dos aspectos econômicos e políticos que atravessam a questão agrária, assim como foi apontado na análise feita acerca da ocupação Gregório Bezerra. Isso porque a luta por direitos também se caracteriza como elemento da territorialização e das territorialidades camponesas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Lara de Queiroz Viana; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Os sentidos da resolução negociada de um conflito socioambiental no sertão do Ceará. **Conexões: Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 86-97, abr. 2020. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **DNOCS investe em carnicultura nos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias> . Acesso em: 05 nov. 2025.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**.



2017. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Geografia camponesa e o encontro com a educação do campo. **Cadernos Cajuína**, v.5, n.3, 2020.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, v. 22, p. 116-134, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

LINS, C. S. THOMAZ JÚNIOR, A. O processo de expansão do agrohidronegócio frutícola no estado do Ceará e as políticas de abastecimento hídrico: impactos territoriais e socioeconômicos. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEOGRÁFOS, 2012, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, p. 51-59, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, José Levi Furtado; LIMA, Anna Erika Ferreira; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. As bases geo-históricas do Baixo Jaguaribe. In: RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 111-143.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. Imagens de Santídio Pereira. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SHANIN, Teodor. **Camponeses e sociedades camponesas**. Tradução de Vera Lúcia Calheiros. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Janne Kleia da. **Agrohidronegócio da carcinicultura: reconfigurações ambientais, sociais e tecnológicas no município de Jaguaruana - Ceará**. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2015.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad**. Tradução de José Rovira Armengol. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947.